

A DIFICULDADE E A APRENDIZAGEM NA LIBRA, PARA ALUNOS SURDOS.
(*The difficulty and learning in pounds for deaf students*)

Jussara Jane Araújo Sales
Doutoranda em Educação na Universidade Internacional Três fronteiras
jussarajane@hotmail.com

Rosa Janisara Araújo Sales
Professora da Sala de Recursos no Estado de Roraima,
janisaraacirole@hotmail.com

Takechi Gomes Nakazaki
Doutorando em Educação na Universidade Internacional Três fronteiras
tanakazaki@hotmail.com

Fecha recepción: 01-08-2015

Fecha aceptación: 01-10-2015

Páginas 243 - 257

Resumo.

Este trabalho consta de um estudo bibliográfico acerca das dificuldades e a aprendizagem da libras como uma língua primeira para os alunos com deficiência de surdez e teve como objetivo Expor a dificuldade e a aprendizagem da LIBRAS, em os alunos com Surdez e buscou-se discutir a importância e a dificuldades encontradas pelos alunos com deficiência auditiva e surdez em que a Língua de Sinais é o principal meio de comunicação entre os alunos com surdez.. Para realizar a pesquisa, contou-se com os estudos de Botelho (2005), Bortoloti (2013), Quadros(1997, 2008), entre outros. Verificou-se que o aluno surdo adquira a língua de sinais como primeira língua para a construção de sua identidade para depois esse aluno possa ter contato com a segunda língua majoritária

Palavras-chaves: Dificuldades. Aprendizagem. Libras.

Abstract.

This work consists of a bibliographic study about the difficulties and learning of pounds as a first language for hearing-impaired students and was to expose objective difficulty and learning of POUNDS in students with deafness and sought to discuss the importance and the difficulties encountered by students with hearing impairment and deafness where sign language is the primary means of communication between students with deafness .. to conduct the survey, told with the Botelho studies (2005), Bortoloti (2013) Tables (1997, 2008), among others. It was found that the deaf students acquire sign language as a first language to build their identity and then that student may have contact with the second majority language

Key words: Difficulties. Learning. Pounds.

Introdução.

É no cotidiano da sociedade, no dia a dia do homem comum, que encontramos as razões para a manutenção da vida em sociedade, seja ela com pessoas com deficiências ou não. *"A experiência de conviver com a diversidade, tão necessária para vida, nunca será exercida num ambiente educacional segregado, onde a diversidade humana não esteja representada"* Sartoretto (2011, p. 78).

Os alunos com deficiências devem cursar o ensino regular, porque tem os mesmos direitos que um aluno dito normal e necessitam conhecer o ambiente social que envolve outras diversidades e a Constituição Federal de 1988, que prevê como dever do Estado o atendimento educacional especializado aos indivíduos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino: "Portanto, a constituição garante a todos o direito á educação e ao acesso à escola" (Fávero; Pantoja E Mantoan, 2007, P. 25).

Torna-se importante o estudo desta deficiência auditiva, por se tratar de um tema pouco conhecido, deficiências múltiplas, e é a partir da informação das pessoas não deficientes, passariam a tornar mais acessível à vida em sociedade do deficiente auditivo.

As dificuldades que a criança com surdez sofre ao ter que entrar em uma escola onde os demais utilizam uma língua que não lhe é natural, ira encontrar barreiras, sendo que a no meio escolar sua comunicação é através da LIBRAS, não podendo esse comunicar-se através da fala. Conforme Dámazio (2007, p. 21) "A Língua de Sinais é, certamente, o principal meio de comunicação entre as pessoas com surdez".

O real problema que se encontra ao estudar sobre deficiência e principalmente no caso do auditivo é que as autoridades e pessoas jurídicas da sociedade não se preocupam em facilitar a locomoção e permanência destes deficientes, tornando assim um problema social de grande relevância, pois os deficientes existem.

E muitas das vezes, as pessoas confundem surdez com deficiência auditiva. No entanto, estas duas noções não devem ser interpretadas como sinônimos. Tendo origem a surdez de congênita, isto é, quando a pessoa nasce surdo, não tendo a capacidade de ouvir nenhum tipo de som. Por consequência, surge uma séria de dificuldades na aquisição da linguagem, e no desenvolvimento da comunicação.

Enfim, a deficiência auditiva e suas limitações é um déficit adquirido, ou seja, é quando se nasce com a audição perfeita e que progressivamente vai perdendo

devidas as lesões ou doenças. Nestes casos específicos a expressão oral é substituída por expressão gestual.

A dificuldade e a aprendizagem na libras, para alunos surdos.

É possível imaginar as dificuldades que a criança sofrerá ao ter que ingressar em uma escola onde os demais utilizam uma língua que não lhe é natural, já que sua audição encontra-se prejudicada e não há possibilidade de compreender auditivamente tudo o que se passa a sua volta (BOTELHO, 2005).

Várias alternativas já foram colocadas em prática no intuito de resolver a problemática que é a educação dos Surdos, no entanto as opiniões ainda encontram-se divididas e falta consenso entre os familiares os educadores, e a Comunidade Surda elegem como sendo o ideal (BOTELHO, 2005).

Assim, com o objetivo de colocar em questão as oportunidades educativas que as crianças surdas estão incluídas é necessário discutir o papel da prática docente junto a esses educandos e o da escola, enquanto instituição que os recebe no ensino regular (BOTELHO, 2005).

"A educação infantil deve ser oferecida a qualquer criança, surda ou não, em complementação à ação da família, para proporcionar condições adequadas ao seu desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade" (MEC, V-II, p-21).

Quando a alfabetização inicia com a as codificações e decodificações entre o emissor e o receptor das informações, onde ler e escrever podem ser dominados ou até mesmo treinados pelas pessoas, estes códigos linguísticos, tornando assim uma transformação de conhecimento relacionando-se com as praticas culturais e sociais fazendo-se parte de um mundo de conhecimento intelectual do aluno (BOTELHO, 2005).

Se cada individuo ouvinte pudesse encarar desafios de entender a criança surda no meio emocional, social e cognitivo aonde o mesmo viesse a entende-se suas dificuldades e necessidades educacionais nos aspectos linguísticos e visuais, haveria um preparo melhor em sua alfabetização ou até mesmo em sue letramento (BOTELHO, 2005).

O aluno surdo, porém, no meio escolar sua comunicação é através da LIBRAS, não podendo esse comunicar-se através da fala. Silva diz que: "A linguagem tem formas de expressão – por meio da escrita, da fala e dos gestos..., O surdo, usuário de

língua gestual, tem, por tanto, de se valer a língua escrita do seu país" (BOTELHO, 2005).

Um dos motivos na surdez é o retardo na linguagem, possibilitando a ele uma dificuldade na língua oral, sendo ela utilizada em grande parte por pessoas ouvintes. A comunicação do surdo não está em seu falar e sim nas mãos, podendo ele executar o papel da voz (som) nos movimentos articulados com perfeição como se fosse a sua própria fala (linguagem de sinais) (BOTELHO, 2005).

A educação na surdez consiste na falta da linguagem, e as limitação que cada criança surda não é a surdez e a mudes (onde não se escuta não se pode falar), sendo assim não só pela surdez e sim a falta de uma estrutura linguística, comunicativa este indivíduo (BOTELHO, 2005).

Os Surdos e a Linguagem Oral.

Segundo Perlin (1998, p. 52), com as características que se tem o Surdo é fácil compreender as suas enormes dificuldades que apresenta para se entender junto ao ouvinte e de outro Surdo, usando a linguagem oral. Constantemente, os seus enunciados são pobres e limitados. Em que se restringem a uma comunicação centrada nas necessidades imediatas mais elementos. Mesmo que estas são de difícil descodificação fora do envolvimento direto e quotidiano do Surdo.

Afirma Perlin, (1998, p. 53).

"Alguns métodos pedagógicos, de cariz oralista, acentuam em demasia essa dimensão, pois o seu objectivo primordial é transformar o Surdo em ouvinte. Para isso, concebem todo um trabalho "reabilitativo", assente na terapia de fala e no treino auditivo, de forma a tornar a fala do Surdo o mais "normal" possível. Apesar disso ser "tecnicamente" possível em certos casos, pode-se questionar a sua utilidade real, no contexto quotidiano, já que os interlocutores desconhecidos não conseguirão, na maioria dos casos, entender essa produção".

Desenvolvimento Afetivo.

Segundo Perlin (1998, p. 55), no que tange ao desenvolvimento afetivo, em que parece fortemente influenciado na construção da linguagem e, nomeadamente, pelas falhas que podem existir neste processo. Refletindo de forma mais clara, em crianças que não têm uma primeira linguagem equipada, que trate de Língua oral ou Língua gestual. O efetivo do Surdo pode ser afetado, desde a gestação, atualmente, está comprovado que os ruídos desempenham um importante papel na gênese dos afetos e que aqueles são possíveis de detectar pelo feto no último trimestre.

Mostra Perlin (1998, p. 56), todos sabem que a voa da mãe, as suas catíngas de embalar e os ruídos normais da casa geram estados afetivos e emocionais em que

permitem ao bebê ouvinte não sentir-se sozinho, mas imerso num meio para o qual dispõe de mecanismos de defesa.

"Alguns métodos pedagógicos, de cariz oralista, acentuam em demasia essa dimensão, pois o seu objectivo primordial é transformar o Surdo em ouvinte. Para isso, concebem todo um trabalho "reabilitativo", assente na terapia de fala e no treino auditivo, de forma a tornar a fala do Surdo o mais "normal" possível. Apesar disso ser "tecnicamente" possível em certos casos, pode-se questionar a sua utilidade real, no contexto quotidiano, já que os interlocutores desconhecidos não conseguirão, na maioria dos casos, entender essa produção".

Denota Perlin (1998, p. 54), enfatiza tratar-se de argumentos usados pelos gestualistas para criticar as posturas oralistas em que salientam que o esforço desenvolvido para se conseguir que o Surdo articule algumas frases que poderia ser melhor direccionada a outros aprendizes mais significativos. Como mostra abaixo algumas características da fala do Surdo:

- Vozes demasiado agudas ou graves com flutuações de timbre;
- Intensidade de voz mal controlada;
- Falta de ritmo com extrema dificuldade em manter o tempo certo para cada produção fonética;
- Dificuldade na capacidade respiratória e fonatória;
- Dificuldade ou ausência de acentuação com deformações na melodia, acento temporal e dinâmico;
- Dificuldades articulatórias com omissões, quedas de fonemas ou substituição por outros.

Entretanto, este fato de ouvir permite-lhe antecipar alguns acontecimentos e diminuir surpresas desagradáveis. Não que com isso vá suceder no bebê Surdo, só vai aperceber-se das pessoas e acontecimentos quando estes se encontram no seu campo visual. Cresce, assim, a sua sensação de perda, na ausência visual da mãe, desse modo, o choro passa a ser mais frequente. O bebê Surdo terá a necessidade de identificar a figura materna através de outras referências como o odor e o tato (PERLIN, 1998).

De acordo com Perlin, (1998, p. 57).

"As mães Surdas, curiosamente, se apercebem desse aspecto, espontaneamente, desenvolvendo, de uma forma geral, mais comportamentos tácteis com os seus filhos do que as mães ouvintes com filhos ouvintes. No entanto, não nos podemos esquecer que a maioria das crianças com surdez são filhas de mães ouvintes pelo que, nestes casos, a situação é mais complexa".

Enfatiza Perlin (1998, p. 58), mostra a dificuldade de interação entre mãe-filho em que poderá se acentuar-se com a reação à descoberta do problema da criança e a forma como é realizado aquele que se dizia ser um filho perfeito. Observadas as seguintes problemáticas:

- Negação;
- Aceitação – nova orientação face ao reconhecimento das possibilidades do seu filho, visto não como um deficiente, mas como “um filho diferente”;
- Sentimentalismo: inadequação, raiva, culpa (os pais pensam ter feito algo que causou a surdez), vulnerabilidade (medo pelo reconhecimento de sua vulnerabilidade) e confusão;
- Quebra dos laços comunicacionais que se haviam estabelecido, no desconhecimento de qualquer situação “anómala” – Os pais, ao terem certeza da surdez do filho, passam a sentir ‘pena’ da criança olhando-a com tristeza, tendendo a culparem-se e passando a sentirem-se pouco à vontade ao brincar com um filho que não escuta;
- Sensação de incapacidade, o que pode conduzir a delegar a total responsabilidade da educação do seu filho. Tal afastamento, ainda que temporário, gera dificuldades na adequada interação com a criança, numa etapa da sua vida em que tal é fundamental.

Aquisição de Valores e Regras Sociais aos Surdos.

De acordo com Bernardino (2000, p. 348), em que mostra a linguística como sendo a disciplina de carácter universal em que tem campos de atuação muito diversificados. Contudo, o diagnóstico de surdez severa e profunda de um bebê traz para seus familiares o encontro com o medo e as fantasias inerentes ao estigma que a deficiência comporta.

FERNANDES, 1999. p. 6).

“Há depoimentos dolorosos de pais que recebem a comunicação do diagnóstico por atendentes de saúde, ou no pior dos casos, o profissional de saúde incita-os imediatamente a investir em outro filho, como se o filho portador de deficiência fosse um caso perdido. Outros pais em entrevistas de triagem nos informam que, ao relatarem ao médico que percebiam algo diferente no desenvolvimento de seu bebê, foram rotulados de ansiosos e orientados a ter calma e paciência. A saúde ainda convive com o ideário de que o profissional deva trabalhar a família e não trabalhar com a família”.

Segundo Bernardino (2000, p. 349), nota-se que a organização de moldes de assistência à pessoa portadora de deficiência não tem sido tradição uma visão interdisciplinar e totalizadora do sujeito. Em que consiste o modelo cartesiano que dominou as ciências positivistas e humanas em que foi incorporado nas práticas educacionais e de saúde da modernidade.

Eficiência Auditiva ou Surdo ou Surdo Mudo.

Conforme Bernardino (2000, p. 350), expressar-se e falar da cultura surda é muito complicado para alguns e se torna até mesmo um dilema, antes de tudo para se entender essa diferença básica da cultura surda é saber que existe uma diferença entre surdo e deficiente auditivo. Os surdos possuem uma cultura singular e os deficientes auditivos tem a tendência de serem híbridos vivenciando a margem da cultura dos chamados: "ouvintes", assim essas diferenças de cultura entre os deficientes auditivos (DA) não na prática amenas que as dos surdos.

Mostra Bernardino (2000), jamais os surdos gostam de serem chamados de surdos-mudos, visto que é uma doença extremamente rara, uma pessoa ser surda e ter algum problema nas suas cordas vocais, desse modo o surdo não é mudo ele pode emitir sons com suas cordas vocais, ritos, ruídos dentre outros. Entretanto, falar nosso idioma é outra questão complexa.

O surdo só conseguirá falar a língua portuguesa caso ele for trabalhado a estimular desde pequeno por seções de fonoaudiologia, plena ajuda da família, e as escolas centralizadas no bilinguismo e principalmente sua bio-estrutura física contribuir para que ele possa falar, ocorre que alguns surdos mesmos usando desses estímulos não conseguem falar a língua portuguesa (BERNARDINO, 2000).

Para Bernardino (2000, p. 253), para se entender melhor o surdo que é bilíngue, vivem em sua mente dois idiomas o natural, isto é, a língua de sinais e a língua portuguesa, alguns exemplos abaixo:

- Ortografia: geralmente, a escrita dos surdos apresenta boa incorporação das regras ortográficas, facilitada por sua excelente capacidade visual para memorização das palavras. O que poderá acontecer é que, por memorizar as palavras em sua globalidade passam a fazer erros grotescos e sem sentido: (faezar (fazer), Barisl (Brasil), Fraco (troca)perto (preto);
- Artigos: são omitidos ou utilizados inadequadamente, uma vez que os mesmos não existem em Libras. Como a utilização do artigo pressupõe o conhecimento de gênero (masculino/feminino) por parte do falante, muitas vezes o ele é utilizado de forma inadequada pelos surdos(O gato comer comida. Ele vai ver a televisão);
- Elementos de ligação: (preposições, conjunções, pronomes relativos, entre outros): conforme Fernandes (1990, p. 54), já havia constatado o uso inadequado e a ausência de conectivos como as conjunções e preposições é um aspecto comum nas produções dos surdos, uma vez que são inexistentes em Libras: (Casa é bonita, Dinheiro é bom);
- Verbos: configuram uma situação interessante, pois, uma vez que se apresentam sem flexão de tempo, modo e pessoa na Libras, (Nós faz comida , Eles fala muito);
- Flexão de tempo:na Libras, o tempo é expresso através de relações espaciais: passado - para trás, futuro - para frente e presente - no espaço imediatamente à frente do corpo do locutor(Futuro eu comprar carro).

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

É no cotidiano da sociedade, no dia a dia do homem comum, que encontramos as razões para a manutenção da vida em sociedade, seja ela com portadores de deficiências ou não.

Segundo Bortoloti (2013, p. 34), mostra que trabalhar os conceitos de identidade e diferença para passarmos da escola centrada na identidade como igualdade para a escola que mantém uma relação dialógica entre a identidade e a diferença rompendo com o conceito de deficiência, contemplando a subjetividade e a inter-subjetividade, é o objetivo desta resenha crítica, assim como distinguir informações que sintetize a questão dificuldade com relação ao deficiente auditivo.

Conforme Bortoloti (2013), com isto, torna-se fundamental a pesquisa sobre as deficiências múltiplas, e é a partir dessa informação das pessoas não portadoras, passando a ser mais acessível à vida em sociedade do deficiente visual e auditivo.

Perfazendo com que esse método escolhido realize esta resenha em busca de interpretação bibliográfica consultada, através de análises de textos, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS -, como produção de conhecimentos em que vise divulgar os seus procedimentos inerentes às línguas de sinais – que são somente um conjunto de gestos que interpretam as línguas orais. A Língua Brasileira de Sinais foi desenvolvida a partir da língua de sinais francesa. As línguas de sinais não são universais, cada país possui a sua (BORTOLOTI, 2013).

A LIBRAS possui estrutura gramatical própria. Os sinais são formados por meio da combinação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referência no corpo ou no espaço.

Segundo a legislação vigente, Libras se constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas com deficiência auditiva do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria(BORTOLOTI, 2013).

No Brasil, as comunidades surdas urbanas utilizam a LIBRAS, mas além dela, há registros de outra língua de sinais que é utilizada pelos índios Urubus-Kapor na Floresta Amazônica. Muitas pessoas creditam que a LIBRAS é o português feito com as mãos, na qual os sinais substituem as palavras desta língua, e que ela é uma linguagem como à linguagem das abelhas ou do corpo, como a mímica. Entre as pessoas que acreditam que a LIBRAS é realmente uma língua, há algumas que pensam que ele é limitada e expressa apenas informações concretas, e que não é capaz de transmitir ideias abstratas (BORTOLOTI, 2013).

Essas crenças precisam ser desfeitas porque a LIBRAS, como toda língua de sinais, é uma língua de modalidade gestual-visual que utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos-gestuais e expressões faciais que são percebidos pela

visão; como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos (BORTOLOTTI, 2013).

De acordo com Bortoloti (2013, p. 57), em que dita que a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS -, está constituída como sendo uma das mais importantes linguagens para fortalecer e possibilitar o estabelecimento de comunicação entre os indivíduos que tenha deficiência auditiva como também destes com os ouvintes, fazendo com que se estabeleçam relações sociais que os integram. Na sociedade ouvinte a LIBRAS representa um modo natural de linguagem surgida da necessidade de comunicação social. Além disso, em se ter o papel de compreensão da língua a LIBRAS representa a expressão cultural.

Segundo Menezes (2006, p. 50), enfatiza que a surdez apesar de condicionar um comprimento sensorial, não priva sujeito algum de desenvolver outras áreas, como a cognitiva ou física. Dessa forma, infere-se que é preciso valorizar as diversas formas de comunicação como é o caso da LIBRAS que é um meio pelo qual o deficiente auditivo pode estabelecer sua integração social, e que condicionará os aspectos positivos para o processo de aprendizagem.

Ressalta-se que o indivíduo surdo ou com deficiência auditiva em geral, deve ter acesso o mais cedo possível a LIBRAS. Como informa Quadros, (1997, p. 27).

“Se há um dispositivo de aquisição -LAD- comum a todos os seres humanos que precisa ser acionado mediante a experiência linguística positiva, visível à criança, então a criança surda brasileira deve ter acesso a LIBRAS o quanto antes para acionar de forma natural esse dispositivo”.

Segundo Quadros (1997, p. 28), desse modo, nos faz refletir sobre o ambiente inclusivo e que seja desenvolvido para conceder as condições necessárias para integrar todos, como um ambiente escolar que repense seu próprio molde pedagógico.

De acordo com Quadros (1997, p. 30), em que mostra o resultado disso é a sua precariedade no nosso sistema de ensino inclusivo, tendo em vista que muitas vezes que o aluno surdo deixa de aprender num sistema regular por falta de profissional, capacitado. Isso faz com que ele se limite mais a um grupo minoritário. Diante do exposto, conclui-se que a língua de sinais permite a melhor interação entre pessoas surdas e, nas escolas, entre professores e alunos surdos e entre estes e seus colegas.

Contudo, a sua linguagem vai permitir ao ser humano planejar e regular sua ação e somente por é possível realizar leitura do mundo e das palavras, mesmo porque uma não acontece sem a outra. Essas formas de leitura constituem a base de linguagem que se dá pela interação social, a interação entre os sujeitos (QUADROS, 1997).

É primordial ver a LIBRAS não somente como forma de comunicação entre os surdos, mas como forma de integração entre todos em um ambiente sociável. Esses embates estão relacionados a controversas que afirmam ser a LIBRAS uma implicação à oralização servem para entender o quão é possível aprofundar o estudo em se tratando de entender melhor sobre esse método de comunicação e expressão tão importante quanta outra forma de linguagem (QUADROS, 1997).

A Educação de Surdos.

A partir do século XVI têm-se relatos dos primeiros educadores de surdos que utilizam diferentes métodos para alcançar seus objetivos. Alguns utilizavam apenas a língua oral, outros utilizavam as línguas de sinais ou criaram códigos visuais, que não se configuravam como uma língua, para facilitar a comunicação com seus alunos surdos (PÉRISSÉ, 2013).

Em 1750, na França, abade Charles Michel de L'Épée, pessoa bastante importante na história dos surdos, iniciou uma aproximação com os surdos que viviam como marginais nas ruas de Paris. L'Épée aprendeu com eles sua língua de sinais e criou "Sinais Metódicos", uma combinação de língua de Sinais com a gramática sinalizada francesa. O abade, alguns anos, difundiu suas ideias e educou diversos surdos com sua metodologia (PÉRISSÉ, 2013).

O século XVIII pode ser considerado um período muito importante na educação dos surdos, no sentido do aumento de qualidade desta educação e na quantidade de surdos que tiveram acesso a está. Tal melhoria foi possível graças à utilização da língua de Sinais na Europa e também nos Estados Unidos (PÉRISSÉ, 2013).

Devido ao avanço tecnológico das próteses auditivas na década de 1860, a ideia de que o surdo poderia falar causou uma mudança nas ideias dos profissionais da área, que passaram a investir neste aprendizado. Nesta época começou a difusão da ideia de que a aquisição da língua de sinais pela criança surda retardaria a aprendizagem da língua oral (PÉRISSÉ, 2013).

Filosofia Educacional para Surdos.

O Oralismo ou Filosofia Oralista é caracterizado principalmente pela ideia de que o deficiente auditivo necessita aprender a língua oral de seu país para assim integrar-se à comunidade ouvinte. O Oralismo acredita que a aquisição da Língua de Sinais é prejudicial para o deficiente auditivo já que, ao ser exposta a uma língua de fácil acesso, pelo canal espaço-visual, este perderia o interesse em aprender a língua oral (PÉRISSÉ, 2013).

A língua oral é considerada essencial por ser a língua utilizada no país. É a língua falada nas ruas, nas escolas, na mídia em todos os segmentos da sociedade,

enquanto a Língua de Sinais é utilizada apenas na comunidade surda. Alguns adeptos desta filosofia acreditam que o deficiente auditivo que domina a Língua de Sinais vive como em um - gueto, sem a possibilidade de se comunicar com a sociedade em geral (PÉRISSÉ, 2013).

Comunicação Total.

A Comunicação Total surgiu na década de 1960, após publicação do linguístico William Storkoe, comprovando ser a Língua de Sinais realmente uma língua. A Comunicação Total propõe uma nova maneira de perceber o surdo, sua educação e vida. O surdo passa a ser considerado um indivíduo diferente e não deficiente, por isto o termo "deficiente auditivo" é substituído por surdo. A própria comunidade surda pede para ser chamada assim, afirmando não ser deficiente e sim diferente (PÉRISSÉ, 2013).

A Comunicação Total critica o oralismo devido à proibição que este faz em relação ao uso da Língua de Sinais ou de qualquer código manual que possa facilitar a comunicação da criança surda. Esta proibição acaba por prolongar ainda mais o período de atraso de linguagem da criança, provocando diversas consequências para o seu desenvolvimento. A Comunicação Total acusa, então, o Oralismo de apenas se preocupar com a aprendizagem da língua oral, esquecendo a importância da comunicação para a criança surda e sua família, além de para os surdos adultos (PÉRISSÉ, 2013).

Bilinguismo.

Tem como pressuposto básico a necessidade do surdo ser bilingüe, ou seja, este deve adquirir como língua materna a Língua de Sinais, que é considerada a língua natural dos surdos, e como segunda língua, a língua oral utilizada em seu país. Estas duas línguas não devem ser utilizadas simultaneamente – como propõe a Comunicação Total -, para que suas estruturas sejam preservadas (PÉRISSÉ, 2013).

A expressão da bilinguismo é a aquisição de duas ou, mas línguas dentro de um país onde o indivíduo nasceu. A criança surda deve-se colocada, portanto a exposição de uma língua obedecendo a suas fases para aquisição e proporcionar o seu desenvolvimento fundamental de aprendizagem. Não privando e sim dando o direito ao respeito e sua integridade de vida, tanto no convívio escolar ou familiar (PÉRISSÉ, 2013).

Segundo Périsse (2003, p. 89), em que dita ser "o bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilingue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial do país".

Para (BRITO apud LIMA 2004, p.37), as línguas gestuais-visuais são a única modalidade de língua que permite aos surdos desenvolver plenamente seu potencial linguístico e, portanto, seu potencial cognitivo, oferecendo-lhes, por isso mesmo, possibilidade de libertação do real concreto e de socialização que não apresentaria defasagem em relação àquela dos ouvintes. São o meio mais eficiente de integração social do surdo. Estas são as primeiras iniciativas em favor da língua de sinais como primeira língua a ser adquirida pelo surdo. Brito, foi mais longe, e esclareceu que o português seria apenas visto como segunda língua.

Se, no Brasil, as primeiras propostas da educação bilingue só apareceram com Brito em 1986, a UNESCO em 1954, Skliar (1998) e Botelho (2005, p. 111), já definiam a educação bilingue como “o direito que têm as crianças que utilizam uma língua diferente da língua oficial de serem educadas na sua língua”. O que a UNESCO e Brito anteviram foi o fato de obilinguismo inovar nas práticas de ensino e a forma de conceber a surdez.

O que difere a filosofia bilingue das outras filosofias (oralista, comunicação total e bimodalismo) é que para os defensores do bilinguismo o surdo não precisa desejar uma vida igual a dos ouvintes, ele pode e deve assumir e aceitar a surdez. É por essa razão que, o conceito da educação bilingue se torna tão importante, pois ele acredita que os surdos formam uma comunidade com cultura e língua própria.

O que ocorre com muitas propostas dita bilingue é que ainda são fragmentos ideológicos da comunicação total. Isso acontece por causa de um discurso dúbio que ao mesmo tempo em que valoriza e reconhece a língua de sinais, defendem a idéia de inclusão dos surdos nas escolas regulares.

Para Botelho (2005, pp. 111-112), a educação bilingue propõe que os processos escolares aconteçam nas escolas de surdos, obviamente não segundo o modelo clínico-terapêutico, ainda oferecido. Reconhece as intensas dificuldades e problemas do surdo em classe com estudantes ouvintes, e não há adesão às propostas de integração e de inclusão escolar.

É de fundamental importância que para garantir o sucesso da educação bilingue a língua de sinais – concebida como língua materna – deve ser apresentada a mais cedo possível a criança surda.

É sabido que cerca de 90% dos surdos são filhos de pais ouvintes. Então, para que a criança tenha sucesso na aquisição da língua de sinais é de fundamental importância que a família se empenhe em aprender a língua de sinais.

Nas escolas ditas normais podemos presenciar que o bilingue é apenas uma preocupação com a questão linguística na educação para surdos, ou seja, os professores têm um foco apenas na aprendizagem do ensino do português. Nessas escolas bilingues, a língua de sinais é imposta para os educadores como sendo a solução para todos os problemas educacionais dos surdos e ainda pior é encarada

como um meio de acesso á língua considerada mais importante que é a língua portuguesa (BOTELHO, 2005). De acordo o decreto n°. 5.626 de 22 de dezembro de 2005, em seu sexto capítulo, que trata da garantia do direito á educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva a educação bilíngue é definida da seguinte forma: §1º são denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. Isso mostra que, as leis que vigoram nas políticas educacionais para a educação de surdos estão equivocadas em considerar que o surdo ou a surdez se reduz apenas ao ensino e a aprendizagem de uma língua (BOTELHO, 2005).

Assim, é necessário destacar que para que haja uma real implementação da abordagem educacional baseada na perspectiva bilíngue é importante que possamos inserir nos debates sobre a educação para surdos não apenas a situação linguística característica da comunidade surda, mas a relevância desta nova concepção de surdez (BOTELHO, 2005). Nesta situação, caso sejam consolidadas todas essas propostas, estaremos diante de um momento de transição de paradigmas na educação para surdos que, pressupõe a relação de todas as principais discussões sobre a concepção de educação e de surdez, o papel do professor e as políticas públicas. Se concretizado, todas essas situações problemas serão garantidas ao sujeito surdo a possibilidade de se sentir cidadãos (BOTELHO, 2005).

Educação para Alunos Surdos.

Ao longo dos anos as diretrizes expressas nos acordos internacionais, legislações, decretos, resoluções dentre outras manifestações legais provocaram mudanças significativas na educação como um todo, respeitando dessa forma os direitos pertinentes à educação, à participação e à igualdade de oportunidades para crianças, adolescentes, jovens e adultos, com o objetivo de oferecer-lhes uma educação de qualidade, que atenda as necessidades básicas de aprendizagem, promovendo assim o desenvolvimento das competências necessárias para uma boa participação social, mas especificamente nas áreas econômica, política e cultural do país (QUADRO, 2008).

Segundo Fernandes (2005, p. 5), defende a ideia de que a escola inclusiva tenha o compromisso de expandir o respeito à pluralidade cultural e o acolhimento às diferenças individuais, o que implica reconhecer a diferença linguística relativa aos surdos que, pela ausência da audição precisam de experiências linguísticas mediadas pela língua de sinais por essa não oferecer barreiras à interação e aprendizagem desses alunos.

No caso do aluno surdo é assegurada por lei a oferta de serviços de apoio pedagógico especializado mediante a presença de um interpretes de língua de sinais, garantindo a permanência e subsidiando o desenvolvimento de suas aprendizagens. É fundamental para um aluno surdo incluso no ensino regular, essa

prática que media a comunicação entre alunos e professores em sala de aula. O professor deve estimular o aluno surdo a pensar, raciocinar, dando-lhes autonomia para realizar suas atividades como os outros alunos e não dar-lhes respostas prontas, ele deve ser tratado sem distinção. Este aluno deve participar de debates, questionamentos e todas as atividades propostas em sala, o apoio e ajuda dos colegas nas atividades é muito importante havendo assim a verdadeira inclusão educacional (FERNANDES, 2005). Alguns docentes preferem ministrar suas aulas numa perspectiva ainda tradicional, sem levar em consideração as limitações físicas ou intelectuais dos alunos, transmitem um ensino técnico, totalmente desarticulado da realidade pedagógica dos alunos, fazendo com que os mesmos tenham uma grande perda em sua aprendizagem. Uma prática pedagógica voltada para a educação especial dentro da educação básica deve estar concentrada no desenvolvimento do conhecimento e compreensão do ritmo de cada aluno. A produção do conhecimento é um processo que está sempre em construção, e cada aluno tem sua forma específica de construir e alicerçar esse processo (FERNANDES, 2005). Devido o processo da inclusão ainda estar em construção acarreta uma série de consequências que dificultam a inclusão dos alunos com necessidades educacionais não só no convívio escolar, mas também na sociedade e no meio familiar. A com a pouca oferta de cursos de libras e outras línguas de sinais principalmente para a comunidade escolar o trabalho com as famílias, a reorganização da proposta curricular, fica desordenado. E interessante que se tomem medidas que organizem as estratégias metodológicas e a organização do ambiente da sala de aula para facilitar a interação e a comunicação. "O ambiente bilíngue ideal pressuporia o conhecimento da língua de sinais pelo maior número de pessoas na escola" (FERNANDES, 2005).

Considerações Finais.

Nessa ótica, o que podemos concluir sobre as primeiras ações da educação bilíngue, é que apenas garantir o acesso a duas línguas não vai determinar o sucesso da educação para surdo.

De um modo geral tanto alunos como professores devem aprender o tipo de comunicação gestual, usado pela comunidade surda, de forma que não venha ser prejudicial para língua materna, ou seja, a língua oral; para o surdo a língua materna é o sinal feito pela mão, gestual e ate mesmo facial.

Nesse sentido cabe à escola elaborar o projeto político pedagógico, que deverá prever cursos de capacitação de professores no processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiências

A escola não tem como objetivo ensinar a LIBRAS, e sim o ORALISMO, língua essa que o surdo não entende, onde acaba não havendo uma inclusão para esse tipo de aluno no ensino regular, isso traz um grande desinteresse para o mesmo, onde não se fala não se entende o que é ensinado. É necessário um comprometimento ético que garanta ao surdo acesso a todas as informações que estão sendo colocadas, de forma fiel e íntegra.

Referências.

- Brasil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a língua brasileira de sinais – libras e dá outras providências. Diário oficial [da] república federativa do Brasil, poder executivo, Brasília, df, 25 abr. 2002. N. 79, ano cxxxix, seção 1, p. 23.*
- Brito, I.f. *Integração social do surdo.in: trabalhos em linguística aplicada*, nº 7, p. 13 –22, 1986.
- Bernardino, Elidéa (2000). *Absurdo ou lógica. Os surdos e sua produção linguística.* Belo horizonte: ed. Profetizando a vida.
- Bortoloti, Rose Terezinha. *Libras como possibilidade e alternativa para o ensino da língua portuguesa para o aluno surdo.* Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1067-4.pdf. Acesso: 04/07/2015.
- Cuore, Raul Enrique. *A importância de conhecer a estrutura lingüística das libras para o educador.* Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/a-importancia-de-conhecer-a-estrutura-linguistica-da-libras-para-o-educador-945026.html>. Acesso:11/08/2015.
- Dámazio Mirlene Ferreira Macedo (2007). *Atendimento educacional especializado para pessoa com surdez.* São paulo: mec/seesp.
- Fávero, Eugênia Augusta Gonzaga; Pantoja, Luisa Marillac P.; Montoan Maria Tereza Eglér (2007). *Aspectos legais e orientações pedagógicas.* São paulo: mec/seesp.
- Fernandes, E (2003). *Linguagem e surdez.* Porto alegre. Artmed.
- Fernandez, Eulália (2005). *Surdez e bilinguismo.* Porto alegre: Legislação de libras. Linguagem brasileira de sinais. Disponível em: www.libras.org.br/leilibras.htm. Acesso: 11/08/2015.
- Perlin, Gladis. T. (1998). *Identidades surdas.* In skliar, carlos (org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças.* Porto alegre: mediação.
- Périssé, Paulo M. *Libras: uma porta para o mundo dos surdos... E dos ouvintes também.* Disponível em: http://www.dicionariolibras.com.br/website/download.asp?Cod=124&idi=1&moe=6&id_categoria=12. Acesso: 09/07/2015.
- Quadros, Ronice Muller (1996). *Educação de surdos - a aquisição da linguagem.* Artes médicas. São Paulo.
- Quadros, R.M. E Karnopp, I.b. (2004). *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos.* Porto alegre: artmed.
- Sampieri, Roberto Hernández ;Collado, Carlos Fernández e Lucio, Pilar Batista (2006) *Metodologia de pesquisa:* tradução Fátima Conceição Murad, Lelissakassener, Sheila Clara Dytyler Ladeira; 3ed, são paulo:mcgraw-hill.
- Sartoretto, Mara Lúcia (2011). *Inclusão: da concepção à ação.* In: Mantoan, M. T. E. *O desafio das diferenças nas escolas.* 4° ed. Petrópolis, rj: vozes.